


Belmonte
Pinheiro
[Signature]



Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura

ORGÃO SÓCIAIS PARA O TRIÉNIO DE 2017/2019



ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Ivan Mata de Morais
1º Secretário: Iolanda Maria Cerqueira Pereira
2º Secretário: Eduardo Daniel Esteves Cerqueira

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Manuel Alberto Domingues Lourenço
Secretário: Joaquim Felgueiras Lopes
Tesoureiro: Sérgio Manuel da Gama Nogueira
Vogais: José Manuel Braga de Sousa
Manuel Cândido Carvalho Gonçalves Pereira
Suplentes: Francisco de Silva de Sousa
Maria da Conceição Gonçalves Alves
Mário Pedro Braga de Sousa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Eurico da Silva Pinto
Vice-presidente: Delfim José Sousa Pereira
Secretário: Marília do Céu Pereira Melo Mendes
Suplentes: Domingos José da Cunha Ribas
Abel João de Sousa
Natércia de Jesus Pinto Lopes Martins

Assent
Junho
2019

01.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Presente
Junho
2018

NOTA INTRODUTÓRIA

Em concordância com o estabelecido nos Estatutos (Compromisso) que regem a Santa Casa da Misericórdia Paredes de Coura, a Mesa Administrativa vem submeter à aprovação, discussão e votação da Assembleia-Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas, referentes ao exercício económico de 2018.

A sua estrutura assenta na descrição da operacionalidade de 2018 nas diversas valências da Instituição e das prioridades de Gestão privilegiadas pela Mesa Administrativa.

Destaca igualmente de uma forma sintetizada a orientação definida no desenvolvimento atual da Instituição, privilegiando o investimento naquilo que já existe, na procura de equilíbrio financeiro, na definição e prossecução de alterações estruturantes para a incrementação da sustentabilidade presente e futura.

Auscultar necessidades, planear a criação de respostas destinadas a novos públicos, novos clientes, novos utentes, diversificando o risco, reduzindo custos e produzindo com qualidade e eficiência, constituíram-se como as principais linhas orientadoras da atividade.

A sustentabilidade e a capacidade de investimento da Misericórdia estão, portanto, dependentes de uma rigorosa política de contenção de despesas, num desafio permanente ao profissionalismo, à transparência e à capacidade de sacrifício de todos os dirigentes e colaboradores desta Santa Casa.



EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA INSTITUIÇÃO

A atividade da Instituição continua a evoluir de forma positiva.

No exercício de 2018 concentraram-se os esforços no projeto de requalificação do Lar N. Senhora da Conceição. Neste momento temos a Arquitetura e os Engenheiros estão a trabalhar nos projetos das especialidades.

RESPOSTAS SOCIAIS

○ ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS “Lar Nossa Senhora da Conceição “

A ERPI, Estrutura Residencial para Pessoa Idosas, assume um papel de extrema importância na sociedade Courense. A procura por este tipo de resposta não para de aumentar, pois a solidão e as dificuldades dos familiares em apoiarem os seus idosos tornam este tipo de Resposta Social a única solução para a prestação de um apoio regular e focado nas necessidades de cada Utente.

A Estrutura Residencial para Idosos, Lar N. Senhora da Conceição, no ano de 2018, manteve a sua taxa de ocupação a 100%.

Esta valência destina-se ao alojamento e à prestação de serviços de alimentação, cuidados de higiene, cuidados de saúde (cuidados médicos e de enfermagem), cuidados de imagem, tratamento de roupas, apoio psicossocial e à animação e ocupação de todos os seus residentes.

A prestação deste diversificado tipo de serviços tem como principal objetivo promover o bem-estar e a qualidade de vida dos seus Utentes.

CAPACIDADE	Nº
Licenciamento	90
Protocolo Cooperação	85
Vagas Ocupadas	85

Reservado
[Assinatura]

o Jardim-Infantil e Creche

O conceito da nova escola pretende cada vez mais relacionar a escola com a família, e com a comunidade envolvente. A aprendizagem infantil resultará, assim, e como fundamentalmente, de um processo de interação com as pessoas, as ideias, o meio e as coisas.

Este sistema educativo deve responder cada vez mais às necessidades de se integrarem nas dinâmicas locais, o que por vezes exige uma maior proximidade das escolas e da comunidade (autarquias, empresas, instituições, famílias, encarregados de educação, etc.).

<u>JARDIM INFANTIL</u>		<u>CRECHE</u>	
CAPACIDADE	Nº	CAPACIDADE	Nº
Licenciamento	50	Licenciamento	52
Protocolo Cooperação	25	Protocolo Cooperação	33
Vagas Ocupadas	25	Vagas Ocupadas	33

o Serviço de Apoio Domiciliário

Equipa que presta cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

CAPACIDADE	Nº
Licenciamento	25
Protocolo Cooperação	25
Vagas Ocupadas	20

○ **Rede Local de Intervenção Social**

A RLIS assenta numa lógica de intervenção articulada e integrada de entidades com responsabilidades no desenvolvimento da ação social que visa potenciar uma atuação concertada dos diversos organismos e entidades envolvidas na prossecução do interesse público e promover a implementação de novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação em respostas às necessidades sociais.

*Resoluty
July*

○ **Centro Atividades Ocupacionais**

Constitui uma modalidade de Ação Social, exercida pelo sistema de Segurança Social, que visa a valorização pessoal e a integração social de pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas suas características não permitam, temporária ou permanentemente o exercício de uma atividade produtiva, permitindo o desenvolvimento possível das suas capacidades. Esta estrutura apoia presentemente cerca de 12 clientes cujas idades oscilam entre os 16 e os 55 anos, oriundos do Concelho de Paredes de Coura e algumas zonas limítrofes.

CAPACIDADE	Nº
Licenciamento	20
Protocolo Cooperação	20
Vagas Ocupadas	19

○ **Cantinas Sociais**

Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas.

Durante o exercício de 2018 apoiamos 4 utentes fornecendo cerca de 120 refeições mensais.



○ Unidade Cuidados Continuados

Esta valência resulta de uma colaboração entre três agentes: a ARS – Administração Regional de Saúde, a Segurança Social e o parceiro privado a Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura. Constitui uma modalidade de Ação Social para pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou na instituição ou estabelecimento onde residem. Presta apoio social e cuidados de saúde de manutenção que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e qualidade de vida.

CAPACIDADE	Nº
Licenciamento	22
Protocolo Cooperação	22
Vagas Ocupadas	22

○ Equipa Local de Intervenção

Equipas Locais de Intervenção (ELI)

Constituídas por equipas pluridisciplinares com base em parcerias institucionais envolvendo vários profissionais:

- Educadores de infância de IP; Enfermeiro(s); Médico(s) de família/pediatra(s), outros; Assistentes sociais; Psicólogos; Terapeutas, e outros.

Funções das ELI

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requeiram avaliação periódica, devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidade de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o PIIP em função do diagnóstico da situação;

- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular, sempre que se justifique, com as comissões de proteção de crianças e jovens, com os núcleos da saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;
- Assegurar, para cada criança, processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

Reserbato
Luís
[Assinatura]

A equipa Alto Minho Litoral é gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura e abrange os concelhos de Paredes de Coura, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço. Este protocolo é tipo I, até 60 utentes, com três técnicos afetos a 50%, uma Terapeuta da Fala, uma Psicóloga e uma Assistente Social.

o **Universidade Sénior**

A Universidade Sénior é uma nova valência desta Instituição que resulta de um protocolo assinado entre a EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior, a Câmara Municipal de Paredes de Coura e a Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura. O Objetivo é a ocupação de tempos livres dos indivíduos que se sintam motivados para a aprendizagem constante de diversas matérias teóricas e práticas, adquirindo conhecimentos em múltiplas áreas, como línguas, ciências sociais, saúde, informática, internet, dança, oficina de cerâmica, teatro, entre outras, tendo ainda a oportunidade de participação em atividades como, conferências, colóquios, visitas de estudo, etc.

Atividades Desenvolvidas em 2018:

- Oficina cerâmica e pintura;
- Aulas de Inglês;
- Aulas de informática;
- Conferências História da Arte;
- Desporto e Bem-Estar
- Coro / Tuna

RECURSOS HUMANOS



QUADROS DE PESSOAL POR VALÊNCIAS

Comum a todas as Valências

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Encarregada Serviços Gerais	1
Electricista	1
Encarregado Obras	1
Motorista	1
Técnica Administrativa	1
Cozinheira Chefe	1
Cozinheira 1ª	2
Ajudante Cozinha	4

Lar Nossa Senhora da Conceição

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Técnica Serviço Social	1
Enfermeira	3
Animadora Socio-Cultural	1
Ajudantes Lar	18
Trabalhadoras Serviços Gerais	6



Serviço Apoio Domiciliário

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Técnica Serviço Social 50 %	1
Ajudantes Familiares	3

JARDIM INFANTIL

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Educadores Infância	1
Auxiliares Acção Educativa	1
Auxiliar Serviços Gerais 50%	1

CRECHE

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Educadora Infância	2
Auxiliares Acção Educativa	7
Auxiliar Serviços Gerais 50%	1

Centro Atividades Ocupacionais para Deficientes

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Diretor Técnico	1
Fisioterapeuta	1
Terapeuta Ocupacional	1
Monitor Ocupacional	1
Psicólogo 50%	1
Tecnico social 50%	1
Auxiliar ensino especial	1
Serviços gerais	1

*Relatório
Fiscal*

Rede Local Desenvolvimento Social

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Coordenador Projeto 50%	1
Assistente Social	1
Jurista	1

EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO - ELI

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Terapeuta da Fala 50%	1
Psicóloga 50%	1
Assistente Social 50%	1

UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS LONGA DURAÇÃO

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUADRO	PRESTADORES SERVIÇOS
Diretora de Serviços	1	
Médico		2
Psicólogo 50%		1
Enfermeiro	2	10
Fisioterapeuta 50%		1
Assistente Social	1	
Animadora Sócio-Cultural	1	
Nutricionista		1
Terapeuta Ocupacional 50%		1
Auxiliares Acção Médica	7	
Auxiliar Serviços Gerais	1	

O número total de funcionários em 31/12/2018 é de 84 efetivos ao serviço e 7 baixas prolongadas.

ANÁLISE ECONOMICO FINANCEIRA

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura sem fins lucrativos, salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018, traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação à atividade da Instituição.

As receitas realizadas tiveram como origem no recebimento das mensalidades dos Utentes, da partilhação do IGFSS, de quotas e donativos.

As despesas foram baseadas em critério definidos pela Mesa Administrativa, repartindo-se em gastos de funcionamento.

A situação comparada dos vários indicadores da empresa apresenta-se no quadro seguinte:

RUBRICAS	2015	2016	2017	2018
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	465 217,19	491 917,78	624 908,00	682 896,06
SUBSIDIOS EXPLORAÇÃO	862 565,25	873 695,53	1 269 281,23	1 326 813,63
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	51 272,28	50 734,59	116 726,38	130 462,62
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	8 192,68	6 541,46	5 805,79	5 359,29
TOTAL RENDIMENTOS	1 387 247,40	1 422 889,36	2 016 721,40	2 145 531,60
CMVMC	147 106,63	150 326,52	266 082,35	256 990,16
FSE	295 641,05	265 820,43	323 150,36	368 369,85
GASTOS C/ PESSOAL	758 263,87	809 351,64	1 035 832,14	1 084 996,96
DEPRECIACÕES	74 263,24	73 508,31	183 250,51	183 149,67
OUTROS GASTOS E PERDAS	2 931,54	3 391,99	2 639,76	6 153,69
JUROS E GASTOS SIMILARES	25 686,33	26 624,62	19 677,52	6 494,05
TOTAL DE GASTOS	1 303 892,66	1 329 023,51	1 830 632,64	1 906 154,38
RESULTADO LIQUIDO	83 354,74	93 865,85	186 088,76	239 377,02

O valor total das prestações de serviços da Instituição subiu significativamente devido à abertura da Unidade de Cuidados Continuados e ao aumento das mensalidades nas diversas valências.

Os Resultados revelam uma melhoria significativa fruto de uma forte contenção orçamental.

No mapa de Resultados por Valências, anexo a este relatório, verificamos, e no mesmo comportamento de exercícios anteriores, resultados negativos nas valências Creche, Jardim de Infância, e neste primeiro ano de atividade na valência UCC.



DIVIDAS A ADMINISTRAÇÃO FISCAL OU A OUTROS ENTES PUBLICOS

Informamos que a exemplo de anos anteriores, esta Instituição não tem quaisquer dívidas à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social nem a outras Entidades Publicas.

PERPECTIVAS FUTURAS

As contas apresentadas apresentam um resultado positivo, o que permite continuar a vislumbrar para o futuro, solidez e consistência na estrutura patrimonial da Instituição. Os resultados previstos continuarão a ser positivos, mantendo-se o equilíbrio entre as receitas e as despesas. A conciliação dos princípios de consolidação financeira e de integração dos serviços internos, com a melhoria da qualidade de vida dos nossos utentes e criação de condições de reinserção social dos mais carenciados, continuam a nortear as linhas estratégicas da Instituição.

Em 2018 concluiu-se o licenciamento do projeto de Arquitetura da Estrutura Residencial para Idosos estando atualmente avançar para o projeto de especialidades. Esperamos concluir todo o processo de licenciamento e em 2019 para avançar com a obra em 2020.

Outro grande objetivo da Santa Casa é a criação de uma nova valência LAR RESIDENCIAL para os utentes do CAO. Atualmente está em estudo a localização e a viabilidade técnica e financeira da resposta social.



PROPOSTA

Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018. Que os resultados obtidos no montante de 239.377,02€, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação da Mesa Administrativa com a auto-sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura continua a ser uma constante que este relatório de contas pretende evidenciar de uma maneira clara. Os resultados finais devem ser lidos considerando o grande esforço de poupança, sem por em causa o bom funcionamento das valências e sem faltar o essencial à prossecução dos nossos objetivos. Os resultados obtidos com uma gestão de forte contenção, ajudam-nos a sonhar com a possibilidade de conseguir num futuro próximo avançar com a requalificação da Estrutura Residencial para idosos e a construção do CAO Residencial e a remodelação da frota automóvel.

Após um ciclo de fortes investimentos, a remodelação do edifício do CAO e UCC, queremos ganhar alguma estrutura financeira para podermos avançar seguros das nossas opções. Avizinha-se um novo ciclo de investimentos, pois estamos conscientes que temos que evoluir para respostas sociais de qualidade, quer em termos físicos quer em termos humanos.

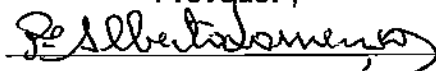
Para concretizar estes objetivos, estaremos atentos a todas as candidaturas a fundos comunitários, teremos que rentabilizar o nosso património alienando aquele que poderá desvalorizar num futuro próximo, assim como aquele que tem elevados custos de manutenção.

Com prudência, cautela e precaução, mas também com a audácia e a arte que a situação exige e reclama avançaremos com o esforço e dedicação de todos. Daí uma memorável palavra de agradecimento aos nossos colaboradores e colaboradoras sem os quais este trabalho não seria possível. Acreditam, tal como nós, que a sustentabilidade da Misericórdia é, igualmente, decisiva para as suas famílias e para a comunidade.

Paredes de Coura, 28 de março de 2019

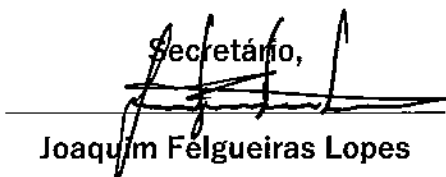
A Mesa Administrativa,

Provedor,



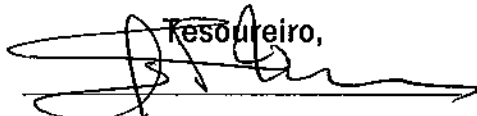
Pe Manuel Alberto Domingues Lourenço

Secretário,



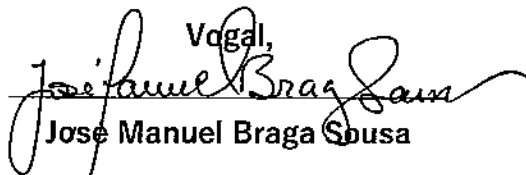
Joaquim Felgueiras Lopes

Tesoureiro,



Sérgio Manuel Gama Nogueira

Vogal,



José Manuel Braga Sousa

Vogal,



Manuel Cândido Gonçalves Pereira

02.

BALANÇO

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAREDES DE COURA

Contribuinte : 500868514

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 365 271,59	3 545 942,21
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	749 439,27	732 879,27
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes			
		4 114 710,86	4 278 821,48
Ativo corrente			
Inventários	7	15 077,31	15 228,22
Créditos a receber	12.2	109 011,42	84 103,80
Estado e outros entes públicos	12.8	21 501,68	23 912,88
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes	12.3	181 230,05	245 253,28
Caixa e depósitos bancários	12.5	972 570,52	1 051 710,66
		1 299 390,98	1 420 208,84
Total do ativo		5 414 101,84	5 699 030,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	235 067,26	235 067,26
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	2 678 101,79	2 492 013,03
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	1 806 698,93	1 905 910,88
		4 719 867,98	4 632 991,17
Resultado líquido do período		239 377,02	186 088,76
Total dos fundos patrimoniais		4 959 245,00	4 819 079,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	0,00	240 191,73
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	240 191,73
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	2 765,29	7 063,91
Estado e outros entes públicos	12.8	49 816,40	46 246,86
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.1	6 185,09	6 185,09
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	96 130,48	153 779,04
Outros passivos correntes	12.9	299 959,58	426 483,76
		454 856,84	639 758,66
Total do passivo		454 856,84	879 950,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 414 101,84	5 699 030,32

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CC,

03.

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

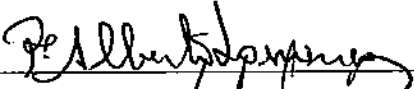
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAREDES DE COURA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

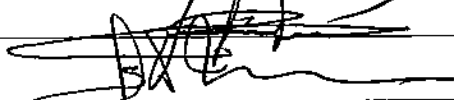
Contribuinte : 500868514

Moeda : EUROS

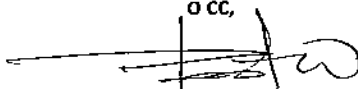
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	8	682 896,06	624 908,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1 326 813,63	1 269 281,23
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-256 990,16	-266 082,35
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-368 369,85	-323 150,36
Gastos com o pessoal	10	-1 084 996,96	-1 035 832,14
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.12	130 462,62	116 726,38
Outros gastos	12.13	-6 153,89	-2 639,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		423 661,45	383 211,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-183 149,67	-183 250,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		240 511,78	199 960,49
Juros e rendimentos similares obtidos	12.14	5 359,29	5 805,79
Juros e gastos similares suportados	12.14	-6 494,05	-19 677,52
Resultados antes de impostos		239 377,02	186 088,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		239 377,02	186 088,76

A MESA ADMINISTRATIVA,





O CC,



04.

ANEXO AO BALANÇO

E À DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAREDES DE COURA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade Religiosa, registada pela inscrição n.º 70/82, a fls 84 e 84 verso, do livro da Irmandade das Misericórdias em 21/12/1982, com sede no Largo Hintze Ribeiro, da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende e concelho de Paredes de Coura.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual), independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu valor patrimonial.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
 - fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6. Financiamentos ObtidosEmpréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisPropriedades de investimento

No período de 2018 e 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquis./dotac.	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	732.879,27	16.560,00				749.439,27
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	732.879,27	16.560,00				749.439,27

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo Inicial	Aquis./dotac.	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	720.417,89	12.461,38				732.879,27
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Bens móveis	0,00					0,00
Total	720.417,89	12.461,38	0,00	0,00	0,00	732.879,27

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalori.	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	4.562.609,67					4.562.609,67
Equipamento básico	590.744,82	1.224,00				591.968,82
Equipamento de transporte	168.356,08					168.356,08
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	69.591,71	1.255,05				70.846,76
Outros Ativos fixos tangíveis	4.208,95					4.208,95
Total	5.395.511,23	2.479,05	0,00	0,00	0,00	5.397.990,28
Investimentos em curso	18.345,24	0,00	0,00			18.345,24
Total	18.345,24	0,00	0,00			18.345,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.146.540,07	159.691,93				1306.232,00
Equipamento básico	492.168,31	18.432,87				510.601,18
Equipamento de transporte	168.356,08	0,00				168.356,08
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	57.660,06	4.855,08				62.515,14
Outros Ativos fixos tangíveis	3.189,74	169,79				3.359,53
Total	1.867.914,26	183.149,67	0,00	0,00	0,00	2.051.063,93

ACTIVO LIQUIDO						3.365.271,59
-----------------------	--	--	--	--	--	---------------------

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalori.	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	4.370.155,03	192.454,64				4.562.609,67
Equipamento básico	570.138,36	20.606,46				590.744,82
Equipamento de transporte	168.356,08					168.356,08
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	63.234,05	6.357,66				69.591,71
Outros Ativos fixos tangíveis	3.019,95	1.189,00				4.208,95
Total	5.174.903,47	220.607,76	0,00	0,00	0,00	5.395.511,23
Investimentos em curso	6.582,00	11.763,24	0,00			18.345,24
Total	6.582,00	11.763,24	0,00			18.345,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	986.848,14	159.691,93				1.146.540,07
Equipamento básico	473.642,54	18.525,77				492.168,31
Equipamento de transporte	168.356,08	0,00				168.356,08
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	52.797,04	4.863,02				57.660,06
Outros Ativos fixos tangíveis	3.019,95	169,79				3.189,74
Total	1.684.663,75	183.250,51	0,00	0,00	0,00	1.867.914,26

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	240.191,73	240.191,73
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	240.191,73	240.191,73

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Gastos Fin.	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos				605.959,46	19.677,52	625.636,98
Total				605.959,46	19.677,52	625.636,98

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassif. Regulariz.	Inventário final	Inventário Inicial	Compras	Reclassif. Regulariz.	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.228,22	256.839,25	0,00	15.077,31	2.183,47	279.127,10	0,00	15.228,22
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Total	15.228,22	256.839,25	0,00	15.077,31	2.183,47	279.127,10	0,00	15.228,22
C.M.V.M.C.			256.990,16				266.082,35	

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	682.557,06	624.540,00
ARS	0,00	0,00
Quotas e joias	339,00	368,00
Promoção para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	682.896,06	624.908,00

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo"

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Segurança Social	974.760,45	945.501,35
ERPI	414.837,51	406.647,72
UCC	143.157,25	112.158,97
JARDIM INFANTIL	50.641,47	59.820,53
CRECHE	109.373,81	107.805,37
APOIO DOMICILIARIO	66.785,42	68.812,24
CAO	117.999,13	116.995,42
CANTINAS SOCIAIS	1.597,50	4.407,50
ELI	70.368,36	68.853,60
Outras Entidades	349.613,74	238.728,93
A.R.S – UCC /INTERNAMENTO	263.079,64	196.699,98
POISE - RLIS	68.271,28	66.226,18
I.E.F.P.	18.262,82	42.028,95
Doações e Heranças	2.439,44	18.824,77
Total	1.326.813,63	1.269.281,23

10 Benefícios dos empregados

Mesa Administrativa, nos períodos de 2018:

Provedor: Manuel Alberto Domingues Lourenço

Secretário: Joaquim Felgueiras Lopes

Tesoureiro: Sérgio Manuel da Gama Nogueira

Vogais: José Manuel Braga de Sousa

Manuel Cândido Carvalho Gonçalves Pereira

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31/12/2018 foi 84 e em 31/12/2017 foi de 80.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	881.514,64	832.889,23
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indeminizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	185.906,63	176.815,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8.452,72	7.482,94
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	9.122,97	18.644,38
Total	1.084.996,96	1.035.832,14

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	6.185,09	6.185,09
Total	6.185,09	6.185,09

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	109.011,42	84.103,80
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	109.011,42	84.103,80

12.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	181.230,05	245.253,28
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	181.230,05	245.253,28

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Remunerações a liquidar	0,00	0,00
Comunicações liquidar	0,00	0,00
Eletricidade liquidar	0,00	0,00
Outras despesas diferidas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
R.L.I.S.	77.955,20	146.226,48
I.E.F.P.	17.581,76	6.959,04
Fundo Reestruturação Setor Solidário	593,52	593,52
Total	96.130,48	153.779,04

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	4.477,37	27.198,23
Depósitos à ordem	648.938,00	605.362,05
Depósitos a prazo	416.656,39	416.656,39
Sub-Total	970.076,53	1.049.216,67
Outros Instrumentos Financeiros	2.493,99	2.493,99
Total	972.570,52	1.051.710,66

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	235.067,26	0,00	0,00	235.067,26
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.492.013,03	186.088,76	0,00	2.678.101,79
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1905.910,88	0,00	103.271,95	1.806.698,93
Total	4.632.991,17	186.088,76	103.271,95	4.719.867,98

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" não apresentava saldos

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	2.765,31	7.063,91
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	2.765,31	7.063,91

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	21.501,68	23.912,88
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	21.501,683	23.912,88
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.046,94	9.230,00
Segurança Social	39.769,46	37.016,86
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	49.816,40	46.246,86

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		51.624,76		0,00
Remunerações a pagar	0,00	51.624,76	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		188,40		179.086,57
Credores por acréscimo de gastos		185.774,14		165.470,16
Outros credores		62.372,28		81.927,03
Total	0,00	299.959,58	0,00	426.483,76

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.324.374,19	1.250.285,17
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	2.439,44	18.824,77
Legados	0,00	0,00
Total	1.326.813,63	1.269.109,94

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	153.420,87	148.803,80
Materiais	12.445,92	17.011,04
Energia e fluidos	179.408,26	132.601,28
Deslocações, estadas e transportes	700,00	325,00
Serviços diversos	22.394,80	24.409,24
Total	368.369,85	323.150,36

12.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	8.592,00	9.174,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.906,02	1.018,27
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	119.964,60	106.533,61
Total	130.462,62	116.726,38

12.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.634,02	1.248,60
Descontos de pronto pagamento concedidos	1,02	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	4.518,85	1.390,49
Total	6.153,89	2.639,76

12.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.933,63	15.445,16
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1.560,42	4.232,36
Total	6.494,05	19.677,52
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5.359,29	5.805,79
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,09	0,09
Total	5.359,29	5.805,79
Resultados Financeiros	-13.871,73	-13.871,73

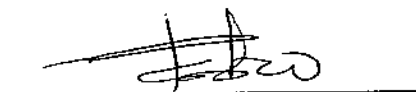
12.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

PAREDES DE COURA, 27 de março de 2019

A Contabilista Certificada,



O Provedor,

